

DIGNIFICAR O LUGAR, PERPETUAR A MEMÓRIA: OS BENEDITINOS NA CONTINUIDADE DE REPRESENTAÇÃO DE UM CULTO

EVA TRINDADE DIAS*

Resumo: A Congregação de São Bento de Portugal (1566-1834) assumiu, em finais do século XVI, uma estratégia de implantação no território distinta do período medieval, ao alargar a sua presença para os núcleos urbanos, chegando à capital do reino.

Uma doação régia introduziu uma inesperada alteração na implantação geográfica. Chamados a preservar e dignificar o local de culto de uma milagrosa imagem, os monges negros desempenharam um papel crucial, ao transformarem uma pequena e remota ermida escalabitana num mosteiro, perpetuando a sua memória, função e significado.

Este processo abriu novas perspetivas sobre a dinâmica construtiva da Congregação e o percurso da comunidade monástica que, com desvelo, procurou responder ao espírito e identidade devocionais herdados.

Palavras-chave: Congregação de São Bento de Portugal; Cristo de Mont'Írás; Memória; Identidade.

Abstract: Portuguese Congregation of St. Benedict (1566-1834) took over, in the late sixteenth century, a distinct deployment strategy in territory of the medieval period, extending its presence to the urban centers, reaching the capital of the kingdom.

A royal donation introduced an unexpected change in the geographical location. Called to preserve and dignify the place of worship of a miraculous image, the black monks played a crucial role to transforming a small, remote hermitage into a monastery, perpetuating his memory, function and significance.

This process has opened up new perspectives on the constructive dynamics of the Congregation and the route of the monastic community, with zeal, sought to respond to the spirit and legacy devotional identity.

Keywords: Portuguese Congregation of St. Benedict; Christ of Mont'Iraz; Memory; Identity.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)/ Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)/ Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). eva.st.dias@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Da enraizada presença secular na região do entre Douro e Minho, a Congregação de São Bento de Portugal (1566-1834) assumiu, em finais do século XVI, uma estratégia de implantação no território distinta do período medieval. A preferência pelas zonas rurais, onde os monges negros desempenharam um papel fulcral como garante da ocupação e transformação do território conquistado, cedeu perante a reforma geral das ordens monásticas e o enfoque no trabalho pastoral de apostolado nos núcleos urbanos, determinado pelo Concílio de Trento (1545-1563)¹. No primeiro Capítulo Geral (1570), surgiram as primeiras orientações com vista ao alargamento do horizonte construtivo beneditino². Esta visão de alargamento foi mais tarde reforçada pela Bula *Injunctum nobis desuper*, do Papa Sisto V, datada de 25 de Novembro de 1587, ao possibilitar a passagem dos mosteiros do ermo para zonas povoadas.

A decisão de edificação de casas monásticas em zonas urbanas, ou densamente povoadas, foi assomando de acordo com as circunstâncias e necessidades da Congregação. Em pleno processo de organização e definição das principais linhas estratégicas de atuação, uma doação régia introduziu uma inesperada alteração no mapa da implantação geográfica dos beneditinos. Chamados a preservar e dignificar o local de culto da milagrosa imagem de Cristo de Mont'Írás (Fig. 1), os monges negros transformaram a pequena e remota ermida dos Doze Apóstolos, em Santarém, num pequeno mosteiro, perpetuando desta forma a memória, função e significado da primeira construção, à qual associaram a identidade e espiritualidade da Ordem.

São Bento dos Apóstolos constitui exemplar único no quadro da Congregação de São Bento, por se tratar de um edifício de padroado régio, irremediavelmente perdido na voragem dos tempos, devido à ação destruidora do Homem, que apagou para sempre a sua presença material, no século XIX. De acordo com as circunstâncias, a metodologia de abordagem a este conjunto monástico entra no domínio do que Vítor Serrão designou por Cripto-História de Arte³. Através de fontes primárias fidedignas, foi possível fazer a reconstituição do processo de continuidade na expressão e representação de um culto, onde os beneditinos desempenharam

¹ REYCEND, 1781.

² Nesta sessão foi determinada a construção do primeiro mosteiro pós reforma, na cidade de Lisboa e o retomar das obras no Colégio de São Bento de Coimbra (AMSBS – *Mosteiro de São Martinho de Tibães: Livro dos Capítulo Geraes da Congregação do Glorioso Patriarca São Bento de Portugal e de suas diffinições eleições*, Cx.14, Lv.15, Capítulo Geral de 19 de Setembro de 1570, fl.16).

³ Cf. SERRÃO, 2001.

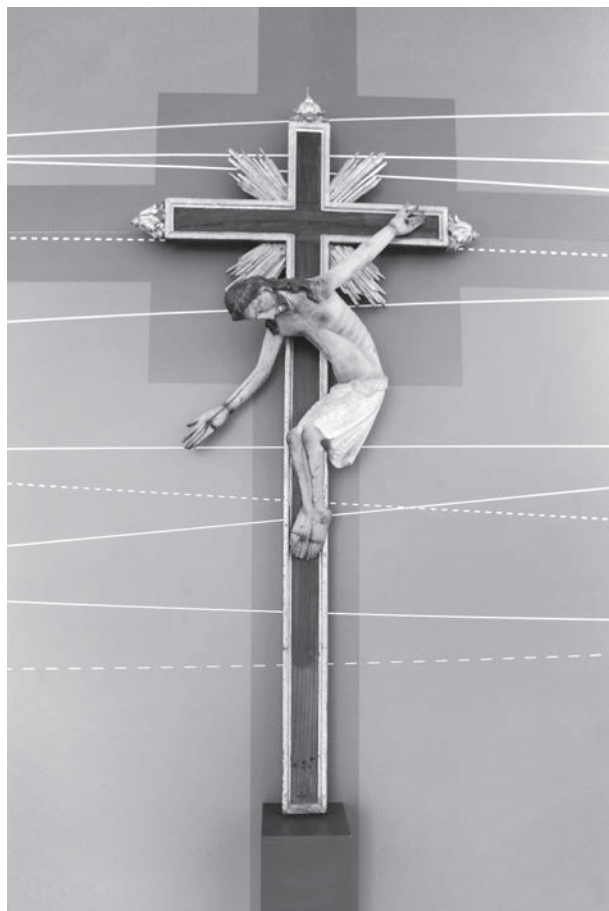


Fig. 1.

Cristo Crucificado, dito Santo
Cristo da Pastorinha, ou Cristo de
Mont'Íraz
Exposição Temporária “Terra e Céu:
Peregrinos e Santos de Fátima”, Basí-
lica da Santíssima Trindade, Fátima
Início do séc. XIII | Autor desconhe-
cido
Escultura de madeira policromada
Museu Diocesano de Santarém
Fonte: Foto da autora

um papel crucial, conscientes da limitação imposta pelas lacunas e/ou inexistências documentais, a que somámos limitação maior: a impossibilidade de analisar o objeto de estudo em termos formais e espaciais. Apesar do desafio que se impunha, o interesse pelo conhecimento da resposta dos beneditinos ao espírito e identidade devocionais herdados através da sua real padroeira, e o contributo para o estudo sobre a dinâmica construtiva que animou a comunidade monástica e a Congregação de São Bento de Portugal ao longo dos séculos XVI a XIX, convergiram para a fundamental tarefa de resgatar do esquecimento o marco da presença beneditina na cidade de Santarém, possibilitada pela presente abordagem.

1. «EY POR BEM E ME PRAZ DE DOAR E TRESPASSAR (...) A CASA DOS APOSTOLOS»⁴

O mosteiro de São Bento dos Apóstolos tem a sua origem cruzada com a ermida dos Doze Apóstolos⁵ e a lenda da Pastorinha⁶, ocorrida em 1290⁷, por intercessão de uma imagem de Cristo Crucificado⁸, conhecido por Cristo de Mont'Irás, ou Santo Cristo da Pastorinha, imagem datada de início do século XIII⁹. A devoção popular e dos peregrinos que ali rumavam em dia de festa e procissão¹⁰ era tal, que causaram profunda comoção na Infanta D. Maria (1521-1577). Esta rapidamente se afeiçoou à imagem, propondo a aquisição da ermida aos cónegos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova (Santarém), seus administradores¹¹. Atendendo ao estado de conservação da ermida¹², a piedosa Infanta mandou erigir uma nova igreja, de

⁴ ANTT – *Mosteiro de São Bento de Santarém: Documentos Vários*, Maço 1, pergaminho nº13, Doação da igreja dos Apóstolos aos monges de São Bento, 21 de Maio de 1571.

⁵ Desconhece-se a data de fundação da ermida. A sua invocação advinha das representações a fresco dos doze Apóstolos, dispostos ao longo das paredes (ANTT – *Mosteiro de São Bento de Santarém: Documentos Vários*, Maço 1, pergaminho nº1, Provisão do Cardeal Infante Dom Henrique, 22 de Junho de 1564, fl.5; VASCONCELLOS, 1740, parte II: 114-115).

⁶ Segundo a lenda, a imagem de Cristo Crucificado ter-se-á dobrado, despregado e pendido o braço direito, testemunhando desta forma a veracidade do juramento de contrair matrimónio feito por um jovem fidalgo a uma humilde pastora, diante da mesma imagem (Cf. COSTA, 1712, Tomo III: 245; CUNHA, 1642, parte II: 209-211; MARIZ, 1612: 85v-87; MATOSO, 2011: 280-282; PACHECO, 1675: 104-104v; TOMÁS, 1974, Tomo II: 367-368; VASCONCELLOS, 1740, parte II: 107-111; entre outros)

⁷ Alguns autores pugnam pelo ano de 1290 (SERRÃO, 1959: 106; —, 1983: 308, nota 98; —, 1990: 47; VASCONCELLOS, 1740, parte II: 107). Pinho Leal data o episódio do dia 11 de Abril de 1300 (LEAL, 1878, vol.8: 484. SEQUEIRA, 1949: 81).

⁸ Vítor Serrão afirma que a imagem «certamente pertenceria a um grupo mutilado do Descendimento da Cruz» (SERRÃO, 1990: 47). Vide ainda Gustavo de Matos Serqueira sobre a proximidade de Cristo de Mont'Irás com a imagem homónima de Toledo, conhecida por “Cristo de La Vega” (SEQUEIRA, 1949: XXXII; 81-82).

⁹ PEREIRA, 1971: 205; SEQUEIRA, 1949: XXXII; SOUSA, 1983, vol. 2: 396.

¹⁰ «(...) la Imagem del Sancto Christo (...) se venera cõ grandíssima devocion, concurren a verla de todo el Reyno, en vispera de Pascoela, que es el dia dedicado a su fiesta, en que se muestra a los fieles (...)». PACHECO, 1675: 104v. Por sua vez, o Pe. Inácio de Vasconcelos situava a festa «em dia de Vera Cruz em Mayo (...)» (VASCONCELLOS, 1740, parte II: 111-112).

¹¹ Aquisição da ermida foi acordada entre as partes em 20 de Fevereiro de 1565 (ANTT – *Documentos Vários*, Maço 1, doc. 35, fls.1-8).

¹² «(...) estava muito pobre de edificios e ornamentos necesarios, e hera hũa muito pobre casa e muito mal repairada (...)». E ainda «(...) a dita ermida era muito velha e estava ruinosa, pera cair, e era de telha vã. E que as imagenns dos Appostolos que estavam nas paredes della pintadas estavam jaa apagadas, e não tinha mais que huum altar (...)» (ANTT – *Documentos Vários*, Maço 1, pergaminho nº1, Provisão do Cardeal Infante Dom Henrique, 22 de Junho de 1564, fls.3v, 5).



Fig. 2.
Carta da Confraria do Santíssimo Nome de Jesus. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, 1739. Papel.
Fonte: ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém: Documentos Vários, Mç.2, 1637-1822, doc.9.

modo a acolher com maior decência a miraculosa imagem¹³. Fundou igualmente uma confraria¹⁴ (Fig. 2) e, como garante da dignidade do culto, escolheu os mon-

¹³ «(...) mandara derrubar as paredes velhas e tecto da dita irmidã. E de novo des os alicerses a mandara edifficar em muito maior e mais ampla forma de paredes muito fortes de pedra e cal, e o tecto d'abobeda e hũa saácrestia. E mandara nella fazer tres altares e todos os ornamentara de riquos ornamentos (...) mandara fazer e pintar em Frandes muito riquos retavolos de singular e custosa pintura, (...) e que nas obras, ornamentos, retavolos e o mais da dita irmidã ella impetrante de sua própria fazenda gastara tres mil cruzados e mais (...)» (ANTT- *Documentos Vários*, Maço 1, pergaminho nº1, Provisão do Cardeal Infante Dom Henrique, 22 de Junho de 1564, fls.5-5v; SERRÃO, 1977: 104).

¹⁴ Terá sido após o acordo com os cônegos de Santa Maria da Alcáçova que a Infanta D. Maria procurou a constituição da confraria, com o título de Santíssimo Nome de Jesus. O Breve de 15 de Junho de 1565, do Papa Pio IV, concedia indulgência aos seus confrades, indício que fora aceite o pedido interposto ao Sumo Pontífice pela Infanta. Em 1653, um grupo de devotos tentou reanimar a confraria, que terá mantido a sua atividade até à extinção das ordens religiosas (PEREIRA, 1971: 205-221).

ges beneditinos para guardiães do precioso tesouro, aos quais doou a nova igreja e um olival, para edificação de um mosteiro¹⁵.

2. DE ERMIDA A MOSTEIRO: O PERCURSO DE SÃO BENTO DOS APÓSTOLOS

Logo em 1571, Frei Gonçalo de Moraes empreendeu a construção de «hum dormitório baixo com tres celas e suas oficinas»¹⁶, essenciais para o estabelecimento da pequena comunidade¹⁷. Após o falecimento da Infanta, os monges beneditinos ficaram desamparados, encontrando a resistência do poder local e da população, que ferozmente se opunham à construção do novo mosteiro. O Abade Geral, Frei Plácido de Vilalobos, chegou a intentar mudar o local da edificação para resolução do problema¹⁸. A situação era deveras grave, tanto que Frei Gonçalo de Moraes viu-se obrigado a dirigir-se ao rei, a dar conta dos embargos da Câmara, deixando transparecer o receio de novo entrave à obra¹⁹. Em 1584, a comunidade ainda não dispunha de edifício conventual²⁰, chegando mesmo a ser dada por dispensável a edificação do mosteiro²¹. A comunidade monástica, orientada por um prior sujeito

¹⁵ A doação foi realizada a 21 de Maio de 1571 (ANTT – *Documentos Vários*, Maço 1, pergaminho nº13; ASCENSÃO, 1745: 214; TOMÁS, 1974, Tomo II: 369).

A 17 de Abril, o Cardeal Infante D. Henrique autorizava os beneditinos a edificar o mosteiro no local da ermida dos Apóstolos. Frei Plácido de Vilalobos, na qualidade de Procurador Geral da Congregação, tomou posse do templo e do olival em 7 de Junho de 1571 (ANTT – *Documentos Vários*, Maço 1, docs. 29 e 30).

¹⁶ ANTT – *Documentos Vários*, Mç.9, Livro dos Abades, 1780, fl.7. TOMÁS, 1974, Tomo II: 369. Vítor Serrão avança que o mosteiro recebeu «ainda em vida da Infanta três dormitórios de mediana grandeza a envolver a pequena igreja, de traça quadrangular» (SERRÃO, 1983: 308). O autor ter-se-á apoiado no relato do Pe. Inácio da Piedade e Vasconcelos (VASCONCELLOS, 1740, parte II: 115). No entanto, as fontes documentais, manuscritas e impressas, não corroboram a sua conclusão até ao falecimento da Infanta (1577).

¹⁷ De acordo com os relatórios trienais do mosteiro, o número médio de monges da comunidade de São Bento dos Apóstolos era inferior a cinco (ADB – *Congregação de São Bento de Portugal: Estados do Mosteiro de São Bento dos Apóstolos*, 1626-1822, nº92).

¹⁸ «(...) ficou a Congregação dando principio ao edeficio, sobre o que houve grande repugnancia da parte da Camera e Villa, e vendo o Reverendíssimo não podia contrastar ao povo, (...) comprou o cittio de Palhais para ahi edeficar o mosteiro o que não teve effeito (...)» (ASCENSÃO, 1745: 229).

¹⁹ ANTT – *Documentos Vários*, Maço 1, doc.25, Petição de Frei Gonçalo de Moraes a Filipe I, 29 de Janeiro de 1582 fls.1-1v.

²⁰ AMSBS – *Livro dos Capitulo Geraes*, Cx.14, Lv.15, Capítulo Geral de 29 de Setembro de 1584, fls.85v-86.

²¹ «(...) propos nosso mui Reverendo Padre Geral a Congregação se se faria mosteiro na Villa de Sanctarem; e se se continuaria com as obras no sitio onde esta a hermida, e p'loz padres capitulares foi assentado que ao presente não era necessario fazer-sse o tal mosteiro, assi p'lo sitio da ermida por não ser acomodado como por a terra não ser para isso, e que somente estivessem na nossa hermida dous

ao abade do mosteiro de Lisboa²², só em 1614 elegeu o seu primeiro abade, com assento e voz nas reuniões capitulares da Congregação²³.

Apesar das contrariedades, os monges beneditinos persistiram em tornar efetiva a sua presença em Santarém. No triénio de 1614-1617 continuaram a obra do dormitório²⁴, plenamente concluída em 1626-1629²⁵, ficando no centro um terreiro, «ao modo de claustro»²⁶. Simultaneamente, a pequena igreja era ampliada (1620-1623)²⁷, e o terreiro recebeu um novo arranjo²⁸. Mudou-se a portaria e aproveitou-se o antigo espaço para a sacristia, determinando-se ainda os espaços para a cozinha e refeitório²⁹.

Na primeira metade do século XVIII, a falta de segurança do dormitório impôs o reforço estrutural, que coincidiu com importantes intervenções na igreja monástica, entre elas o aumento da capela-mor, para acolher novo retábulo³⁰. A estabilidade do edifício acabou por ser seriamente afetada, mais tarde, com o violento terremoto de 1755. Daqui resultaram obras profundas no dormitório³¹ e a construção de nova igreja³² e sacristia, concluídas no século XIX³³, anos depois da passagem do Marechal Massena pela vila de Santarém (1810-1811)³⁴.

Aquando da extinção das ordens religiosas, em 1834, o mosteiro encontrava-se abandonado³⁵. Das vicissitudes inerentes à venda do conjunto monástico, a imagem de Cristo de Mont'Írás foi transferida para a igreja de Santa Iria da Ribeira (Santarém), encontrando-se desde Setembro de 2014 no Museu Diocesano de Santarém. Porém, não resistiu a casa que a acolheu durante várias centúrias, uma vez que o

religiosos (...)» (AMSBS – *Livro dos Capítulos Geraes*, Cx.14, Lv.15, Capítulo Geral de 9 de Maio de 1593, fl.147v; SOUSA, 1983: 396).

²² AMSBS – *Livro dos Capítulos Geraes*, Cx.14, Lv.15, Capítulo Geral de 3 de Maio de 1599, fl.184v.

²³ Na reunião capitular foi eleito o Padre Frei Calisto de Faria (ANTT – *Documentos Vários*, Mç.9, Livro dos Abades, 1780, fl.7v).

²⁴ ANTT – *Documentos Vários*, Mç.9, Livro dos Abades, 1780, fls.7v-8.

²⁵ Sem motivo aparente, o dormitório foi derrubado na sua totalidade em 1659, para ser construído um novo edifício. A obra só terminou em 1689-1692, indício da falta de liquidez da comunidade (ANTT – *Documentos Vários*, Mç.9, Livro dos Abades, 1780, fls.9v; 10v.).

²⁶ ADB – *Estados do Mosteiro de São Bento dos Apóstolos*, 1626-1629, n.º92, fl.5; DIAS, 2016: 369-370.

²⁷ ANTT – *Documentos Vários*, Mç.9, Livro dos Abades, 1780, fl.8.

²⁸ ANTT – *Documentos Vários*, Mç.10, Petições, 1622, fls.1-1v.

²⁹ ADB – *Estados*, 1626-1629, n.º92, fl.5.

³⁰ ADB – *Estados*, 1725-1728, n.º92, fls.7v, 9.

³¹ ADB – *Estados*, 1755-1758 (1), n.º92, fls.9v-10.

³² A responsabilidade do risco da planta da nova igreja foi atribuída ao «Architeto João Pedro Ribeyro», pela qual recebeu noventa e seis mil reis (ADB – *Estados*, 1758-1761, n.º92, fl.9v).

³³ ADB – *Estados*, 1816-1819, n.º92, fls.7v-8.

³⁴ OLIVEIRA, 2005: 133.

³⁵ ANTT – *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Colégio dos Apóstolos, Santarém*, 1834, Cx. 2249, fls.1-1v.

Fig. 3.
Vista aérea da
localização do
mosteiro de S. Bento
dos Apóstolos, atual
Miradouro de
São Bento, Santarém.
Fonte: Google Earth



Fig. 4.
Miradouro de
S. Bento, Santarém.
Fonte: Foto da autora



conjunto monástico foi demolido³⁶. Persiste apenas a memória do lugar, perpetuado no topónimo da rua e do Miradouro de S. Bento (Fig. 3 e 4).

³⁶ Diversos autores referem que o mosteiro foi demolido em 1864. CUSTÓDIO, 1979: 21; SANTOS, 2005: 49; SERRÃO, 1983: 309, nota 104; —, 1990: 47.

Porém, de acordo com uma carta de 2 de Maio de 1843, dirigida à rainha D. Maria II por José António de Almeida, Governador Civil de Santarém, o mosteiro escalabitano estava já em fase de demolição, por determinação do proprietário, quando os operários encontraram diversos papéis e livros pertencentes ao seu cartório (ANTT – *Colégio dos Apóstolos, Santarém*, Correspondência, 1843, Cx. 2249, fl.1). A correspondência subsequente, mantida até 27 de Fevereiro de 1846, alude sempre o episódio do encontro do espólio do cartório pelos operários responsáveis pela demolição, como forma de identificação do assunto que estavam a tratar, sem contudo referir se o mosteiro já se encontrava totalmente demolido. Não obstante, pelo tempo que medeia entre a primeira e a última missiva da correspondência trocada, parece-nos plausível situar a demolição do mosteiro entre 1843 e 1846.

3. BENEDITINOS, GARANTE DA CONTINUIDADE DO CULTO

Investidos guardiães de riquíssimo tesouro devocional, os beneditinos cedo compreenderam que não podiam guardar inteiramente para si tão venerado milagre, nem expô-lo de forma continuada. Daqui surgiu a necessidade de regular as visitas à milagrosa imagem, de modo a não perturbar o quotidiano monástico e não comprometer a dignidade do ato de mostrar o Cristo de Mont'Írás a devotos e peregrinos. Foram emitidas determinações sobre o ritual de exposição da imagem³⁷, a decência do altar em que estava exposta³⁸, as pessoas a quem podia ser mostrada³⁹ e mesmo a chamada de atenção para que não fossem retirados pedaços da cruz para relíquias, sob pena da imagem ficar sem suporte de sustentação⁴⁰. Diversas foram as dignidades que procuraram ver o Cristo de Mont'Írás, entre eles monarcas⁴¹ e viajantes⁴². Aos beneditinos cabia velar pela imagem, zelar pelo culto, recolher as esmolas e promover a festa anual, juntamente com a confraria, compromisso que cumpriram fielmente até ao abandono do mosteiro, no século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não constar do plano inicial de alargamento geográfico da Congregação de São Bento de Portugal, a comunidade monástica do mosteiro de São Bento dos Apóstolos desenvolveu esforços notáveis ao longo da Época Moderna para edificar e dar continuidade à construção instituída pela Infanta D. Maria, e por promover a dignidade do culto da miraculosa imagem do Cristo de Mont'Írás, fazendo perdurar a memória da sua real padroeira e a devoção secular que atraía inúmeros devotos e peregrinos à vila de Santarém. Na presente abordagem fica o

³⁷ Vide, por exemplo, Visita dos Visitadores Gerais de 10 de Dezembro de 1642 (ADB – *Congregação de São Bento de Portugal: Visitas dos Visitadores*, nº182, 1633-1638, fl.71v). Esta determinação foi renovada e ampliada em visitas sucessivas, com vista ao rigoroso cumprimento do rito.

³⁸ Visita do Abade Geral de 26 Agosto 1658 (ADB – *Visitas do Geral*, nº 150, 1656-1659, fls.47v-48).

³⁹ As diversas determinações vinculavam bem a separação entre os devotos da terra e as pessoas de fora, beneméritos e dignidades. Estes últimos estavam autorizados a ver a imagem sempre que fosse solicitado. Vide, por exemplo, Visita dos Visitadores Comissários, de 13 de Maio de 1684 (ANTT – *Documentos Vários*, Mç.2, Doc. 7, 1678-1686, fl.42v).

⁴⁰ Visita de 4 de Novembro de 1681. ANTT – *Documentos Vários*, Mç.2, Doc. 7, 1678-1686, fls.34v-35.

⁴¹ «Hua dellas foy a Magestade del Rey Phelippe o Santo, quando veyo a Portugal [1619], porque passando pera Tomar, & vendo o Santo Christo ficou tam admirado, que alem das merces que fez à casa mandou que lhe copiassem a sagrada imagem, que a queria levar consigo pera Castella» (TOMÁS, 1974, Tomo II: 370. PACHECO, 1675: 104v-105; NOVAES, 1918, Vol. IV: 39-40.

⁴² Entre eles contavam-se Manuel Severim de Faria, que visitou o mosteiro em 1609 (SERRÃO, 1974: 89-91), e François de Tours, em 1699 (CHAVES, 1989: 66-67).

breve contributo para dar vida a um mosteiro que foi ficando olvidado do quadro da Congregação beneditina, através da atualização da informação a ele inerente e do lançamento de outra, inédita, de modo a resgatar o mosteiro escalabitano do quase esquecimento que a sua inexistência física podia votar de forma irremediável.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

- ASCENSÃO, Frei Marceliano da (1745) – *Chronica do antigo, real e palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibães desde a sua 1ª fundação até ao presente com hum catalogo dos Abbades perpetuos, Comendatarios e Abbades Geraes. Escreve Fr. Marceliano da Ascensão.* [Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga], Cx.16 Lv.19.
- CHAVES, Castelo-Branco (1989) – *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro testemunhos.* Apresentação, tradução e notas por Castelo-Branco Chaves. Lisboa: Lisóptima Editores.
- COSTA, António Carvalho da (1712) – *Corografia portuguesa, e descrição topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana. Tomo III.
- CUNHA, D. Rodrigo da (1642) – *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus preladados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão.* Lisboa: Por Manoel da Sylva.
- CUSTÓDIO, Jorge (1979) – *O Património Monumental de Santarém: Fases da sua Destruição* [texto policopiado]. Santarém: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.
- DIAS, Eva Sofia Trindade (2016) – *Os Claustros nos Mosteiros da Congregação de S. Bento em Portugal: construções, funções e simbologias.* In VAIRO, Giulia Rossi; MELO, Joana Ramôa, coord. – *Encontro Internacional sobre Claustros no Mundo Mediterrânico (Séculos X-XVIII).* Coimbra: Edições Almedina, p.363-377.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1878) – *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal.* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol.8, p.484-485; 506.
- MARIZ, Pedro de (1612) – *Historia admiravel do sanctissimo milagre de Sanctarem, que aconteceu na Igreja do Protomartyr Sancto Estevão.* Lisboa: Por Pedro Crasbeeck.
- MATOSO, Luís Montês (2011) – *Santarém Ilustrada.* Transcrição do texto e estudo introdutório por Martinho Vicente Rodrigues. Marvila: Junta de Freguesia de Marvila.
- NOVAES, Manuel Pereira de (1918) – *Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa. Tomo IV – Anacrisis Historial. II Parte – Episcopologio.* Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, vol. IV.
- OLIVEIRA, Paulo João da Cunha (2005) – *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834).* Viseu: Palimage Editores.
- PACHECO, Frei Miguel (1675) – *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria hija del Rey D. Manoel, fundadora de la insigne capilla mayor del cõvento de N. Señora de la Luz y de su Hospital, y otras muchas cozas.* Lisboa: En la Officina de Ivan de la Costa.

- PEREIRA, Isaiás da Rosa (1971) – *Compromisso da Irmandade de Jesus, erecta no Mosteiro de São Bento*. «Arqueologia e História», 9ª Série, Volume III. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.205-221.
- REYCEND, João Baptista (1781) – *O Sacrosanto e Ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez. Dedicada e consagrada aos Excell. E Ver. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Tomo II.
- SANTOS, Maria Manuel Cardoso Vieira dos (2005) – *Santarém – Cultura, Património e Gestão Municipal (1850-1900)*. Lisboa: [s. n.]. Dissertação de Mestrado.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1949) – *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. III – Distrito de Santarém. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1959) – *Santarém. História e Arte*. Santarém: Comissão Municipal de Turismo de Santarém, 2ª edição.
- (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604-1609-1625*. Subsídios para a História Portuguesa. Vol.12. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- SERRÃO, Vítor (1977) – *Sobre a Pintura Maneirista de Santarém, 1553-1635*. In *Santarém. A Cidade e os Homens*. Santarém: Junta Distrital / Museu Distrital de Santarém.
- (1983) – *Marcos de Magalhães, arquitecto entalhador do ciclo da Restauração (1647-1664)*. «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», nº.89, 1º tomo. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, p.271-330.
- (1990) – *Santarém*. Coleção Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Editorial Presença.
- (2001) – *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, D. Gabriel de (1983) – *Benedictinos. 21 – Santarém (S. Bento dos Apóstolos)*. In *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, vol. 2, p.396-397.
- TOMÁS, Frei Leão de São (1974) – *Benedictina Lusitana*. Introdução e notas por José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Tomo II.
- VASCONCELLOS, Pe. Ignácio da Piedade e (1740) – *Historia de Santarem Edificada, que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notaveis nella succedidas*. Lisboa Occidental.

SIGLAS

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AMSBS – Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

